



moção B

REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

1. RELANÇAR O BLOCO

A constituição do Bloco de Esquerda em 1999 expressou uma extraordinária capacidade de concertação entre organizações com diferentes identidades, percursos e referentes ideológicos; introduziu um dado novo na vida política portuguesa e europeia; suscitou largos apoios e simpatias; resgatou para a ação política velhas militâncias revolucionárias, ativistas sem partido e jovens que despertavam para e se mobilizavam entre velhas e novas causas políticas, sociais e culturais.

a) O Bloco afirmou-se como uma organização socialista, de esquerda, plural e amplamente democrática, superando o sectarismo, o logro, as narrativas falhadas e as grandes entorses orgânicas herdadas do "socialismo real", demarcando-se da deriva neoliberal da social-democracia. **Com o socialismo no horizonte, assim nos definimos, combinando intervenção institucional com movimento social, na radicalidade política com que queremos mudar o mundo e a vida.**

b) O Bloco de Esquerda, depois de um ciclo de crescimento que permitiu construir um considerável grupo parlamentar, entrou em declínio e **atravessa o momento mais crítico desde a sua fundação**, com uma acentuada quebra de influência eleitoral e um desgaste da imagem agregadora de raiz. Há, por isso, que refundá-lo, percebendo porque chegámos a esta situação, de modo a aprender com os erros e delinear uma orientação ajustada ao presente e aos eixos de desenvolvimento conjuntural previsíveis para o futuro próximo, o que ultrapassa largamente supostas questões de mera identidade.

Queremos contribuir para a construção de um caminho que inverta o actual refluxo na sociedade portuguesa, perante os ferozes ataques ao Estado Social, aos direitos e à democracia, que representam empobrecimento, retrocesso civilizacional e imposição de um novo paradigma económico-social. O Bloco de Esquerda tem de estar à altura desse caminho, refundando-se num movimento que o resgate da erosão e da burocratização, fortalecendo-se a partir da base, apoiado na energia e na inteligência das suas aderentes.

2. SOCIALISMO PARA DERROTAR A CRISE

a) A partir da década de 80, o capitalismo neoliberal, para relançar a taxa de lucro, rompeu com o pacto do pós-guerra baseado no crescimento dos salários indexados à produtividade. O colapso dos ganhos de produtividade colocou ao capitalismo a necessidade de travar os salários para restabelecer a rentabilidade. **O desemprego massivo foi servindo para assegurar as quebras salariais, a flexibilização e a precarização. Mas este relançamento fez-se sem investimento e emprego** e sem a criação de novos mercados impulsionados pela procura.

b) Numa economia mundial globalizada, desregulada e financiarizada, grandes conglomerados financeiros articulam as funções tradicionais da banca com operações especulativas, numa lógica completamente liberalizada. **Os bancos estimularam, artificialmente, uma espécie de "economia eufórica" valorizando especulativamente activos no curto prazo, a partir de um processo, gerado por eles próprios, de aplicações no sistema bancário não regulado.** O resultado foi a criação de um sistema financeiro muito exposto ao risco, às mudanças drásticas de expectativas e às bolhas especulativas.

c) A Grande Recessão de 2007-9, e os seus prolongamentos até aos dias de hoje, são também expressão dos desequilíbrios internacionais entre as economias emergentes (China, Índia, etc.) e do norte da Europa, que acumularam excedentes comerciais, e economias desenvolvidas mas deficitárias (caso dos Estados Unidos). **Estes desequilíbrios globais geraram um excesso de liquidez nos países excedentários que se transferiu para os países mais desenvolvidos à procura de valorização, contribuindo para baixar as taxas de juro e estimular o crescimento do crédito que alimentou a crise do imobiliário.**

d) Neste contexto, a disputa pela pilhagem e controlo dos recursos naturais, no desrespeito pela soberania dos povos, alimenta múltiplos focos de turbulência política e levanta de novo o espectro da

guerra. A NATO arroga-se uma interferência abusiva enquanto se esgota a capacidade reguladora internacional. **Manifestamos solidariedade internacionalista activa com os povos oprimidos e em luta**, destacando em particular a martirizada Palestina, acompanhando e participando nas várias redes internacionais de esquerda que se opõem a este cenário.

O capitalismo quer uma austeridade duradoura e a crise poderá conhecer novos contornos. É preciso derrotar a austeridade para vencer a crise. É precisa uma cultura de internacionalismo activo e de paz entre os povos, a recusa do Tratado Transatlântico e a saída de Portugal da NATO, principal instrumento de guerra que sustenta esta ordem internacional.

3. DERROTAR O TRATADO ORÇAMENTAL: POR UMA EUROPA SOLIDÁRIA E SOCIALISTA

a) A austeridade e as imposições das entidades credoras basearam-se numa União Europeia que nos foi retirando, sem compensação, o Banco Central, a política monetária e cambial e as políticas de desenvolvimento económico, condicionando fortemente a política orçamental. O mecanismo do euro, articulado com o estatuto do BCE, as regras liberais da concorrência, o peso da dívida e uma relação de forças desfavorável, converteram-se num verdadeiro colte-de-forças. Em reacção cresceram os populismos, a extrema-direita, a abstenção. **A ideia de reformar estas instituições passou a chocar cada vez mais com a inércia de arranjos sem legitimidade democrática especificamente criados para impor a actual orientação e que se revelam irreformáveis.**

b) Qualquer projecto de relançamento do nível de actividade económica e do emprego passa por aliviar o fardo insuportável da dívida, colocando a iniciativa do lado do devedor, **empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de moratória unilateral dos pagamentos** se as credoras não aceitarem uma reestruturação profunda da dívida.

c) **Esta trajectória, contraditória com as imposições do Tratado Orçamental assentes numa lógica de inexistência total de défice público, po-**

derá provocar uma atitude hostil das instituições europeias e a saída do euro, com implicações que terão de ser assumidas por um governo preparado para esta solução e com forte apoio popular e da opinião pública em geral, determinado a nacionalizar a banca como resposta à inevitável retirada do BCE do processo de refinanciamento e à descapitalização. Este é um cenário possível, com fortes repercussões sobre outros países, dado o grau de integração do sistema financeiro.

A crise do sistema euro revela o carácter disfuncional de uma união monetária que reúne países com níveis de desenvolvimento diferentes, recusando-lhes os meios que poderiam assegurar convergência. É preciso transformar a recusa deste sistema no sentido de uma refundação europeia solidária e socialista, baseada num orçamento comum, alimentado por um imposto unificado sobre os rendimentos do capital que financiará as transferências necessárias e os investimentos social e ecologicamente úteis, numa harmonização fiscal e de política de rendimentos. Neste quadro deveremos trabalhar para que os princípios desta Europa refundada se tornem incompatíveis com uma lógica capitalista, colocando o socialismo no horizonte.

4. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

a) Um conceito de desenvolvimento, baseado na utilização das energias fósseis e com a ajuda da tecnologia, tem vindo a delapidar recursos naturais em nome de um produtivismo predador, criando riscos na relação entre a humanidade e a natureza. Por outro lado, é cada vez mais problemático dar resposta a uma população em crescimento exponencial, devido ao progressivo esgotamento desses recursos e a uma repartição muito desigual de rendimentos e da riqueza. **Contrariar esta lógica só é possível com a mudança para uma civilização ecologicamente sustentável**, a implantar-se com crescimento zero ou decrescimento sustentado, diminuindo progressivamente as fontes de energia fóssil e a produção de materiais esgotantes e contaminantes.

b) Os países desenvolvidos apresentam maior índice de esbanjamento e poluição, devendo ser por

isso responsabilizados e forçados nacional e internacionalmente à recuperação de áreas ecologicamente degradadas e à redução dos gastos de energia fóssil e materiais não recicláveis. **Torna-se indispensável adequar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar** duradouramente o capital natural planetário.

c) A necessidade de mudança do atual paradigma tecnocientífico é comum a toda a humanidade. **O relançamento da atividade económica e a criação de novos empregos deve fazer-se, sobretudo, pela diminuição da semana de trabalho para 32 horas, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das baixas remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.** É preciso também eliminar o trabalho precário, a começar no aparelho de estado para forçar o fim da precariedade e da exploração que grassam no sector privado, através da fiscalização baseada numa nova legislação laboral protectora dos direitos do trabalho.

d) O ataque simultâneo à cultura, ao ensino público e à ciência tem em vista a sua destruição progressiva e é acompanhado pela reconversão das escolas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas. Na ciência, procedeu-se ao desinvestimento nas universidades e dos centros de investigação. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. **Defendemos o investimento na produção cultural, investigação científica e inovação tecnológica, enquanto áreas estratégicas capazes de gerar desenvolvimento com impacto decisivo na sociedade, gerando emprego e maior bem-estar às populações.**

O eco-socialismo realiza a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo.

5. CONVERGÊNCIA À ESQUERDA E COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

a) Num quadro de refluxo do movimento de massas, **a ausência de uma alternativa credível, mobilizadora e convergente à esquerda, penalizou fortemente a capacidade de luta contra a austeridade** e o PS teve particulares responsabilidades nisso ao não demarcar-se da política do governo, mantendo-se no quadro do memorando da Troika e do Tratado Orçamental.

b) O PS, em consonância com a social-democracia europeia, negoceia a resposta à perda de competitividade perante a dinâmica dos espaços económicos emergentes, numa base austeritária e de cortes nos salários e nos direitos do trabalho, que torna impossível a reedição do acordo do pós Guerra entre social-democracia e democracia cristã, que contribuiu para o chamado "modelo social europeu". **É por isso que um governo do PS será condicionado por esta lógica da governabilidade austeritária no quadro dos compromissos e das instituições existentes. As circunstâncias exigirão desobedecer-lhes no que se refere à austeridade e às políticas de direita.**

c) O relançamento do movimento de massas e a alteração da relação de forças, políticas e sociais, no terreno das lutas, nas ruas e nas empresas, é o caminho para neutralizar ou alterar tal orientação, criando condições políticas para **conquistar a confiança da maioria da população numa solução de esquerda e num programa alternativo.** Esta é uma tarefa central do Bloco de Esquerda que justifica o maior empenho na dinâmica dos movimentos sociais.

d) O PCP tem sabido tirar partido da sua capacidade de resistência e da implantação tradicional em empresas, autarquias, sindicatos e dum aparelho de agitação, propaganda e mobilização oleado, permitindo-lhe movimentar-se melhor na conjuntura actual. Fá-lo, porém, numa **lógica acantonada de partido-fortaleza, canalizando as mobilizações e controlando o potencial galvanizador e contagiante das massas, para demonstrar ao Governo que não haverá paz social sem a sua colaboração,** insinuando-se pronto para, numa lógica negocial no actual quadro institucional, assumir compromissos

de regime desde que deles possa retirar vantagens.

e) A nova estruturação da classe trabalhadora criou um vasto grupo de precárias, de vítimas da flexibilização do mercado de trabalho e de migrantes que não encontra representação nas organizações sindicais e mesmo partidárias. A crise do sistema político e a natureza vertical dos mecanismos de decisão e participação nos partidos de esquerda não é atraente para jovens e outras descontentes. Têm sido os novos movimentos sociais a captar parte do seu envolvimento na vida política. **O sucesso do PODEMOS nas eleições europeias do estado espanhol mostra bem o potencial que estes movimentos podem adquirir**, tal como já tinha ficado claro em Portugal com as mobilizações conseguidas pelo "Que se Lixe a Troika". No entanto, entre nós, a dispersão e debilidade dos movimentos sociais fazem com que estes não tenham conseguido colmatar ainda o espaço deixado vazio pela ausência de uma alternativa mobilizadora e unificadora.

O apoio e o impulso dos movimentos sociais devem constituir uma preocupação central do BE, não no sentido de os instrumentalizar, mas de trabalhar pelo seu alargamento, acolhendo a sua independência e autonomia e refletindo as suas implicações e contribuições para o debate e para a luta política.

6. AS FRENTES CONTRA A AUSTERIDADE

a) A linha política saída da última Convenção foi muito influenciada pelos acontecimentos na Grécia e pelo crescimento rápido do Syriza. **Tais expectativas pouco tinham a ver com a conjuntura que vivíamos**. Estava aí subentendida pela maioria, a possibilidade de eclosão rápida de uma crise revolucionária em Portugal, com o Bloco como seu grande protagonista. O falhanço da actual coordenação do Bloco é o falhanço desta orientação que entrou em colisão com a própria realidade. **A vida política portuguesa nunca atingiu tal grau de radicalização e isso significou muito menor polarização dos conflitos sociais**. Por outro lado, o facto de o PS estar fora do

governo e de se ter excluído, por pressão de figuras conotadas com posições de esquerda, de um acordo formal patrocinado por Cavaco Silva, ou das sugestões de revisão constitucional feitas pelo PSD, evitou-lhe fissuras internas significativas.

b) O Bloco precisa de acumular massa crítica, ter iniciativas públicas mobilizadoras e com impacto político. Isso exige vencer os limites da intervenção parlamentar e institucional e afirmar-se claramente pela criatividade, irreverência e radicalidade, rompendo com o "bom comportamento" com que nos querem cercar, salvaguardando a autonomia e evitando a diluição da nossa mensagem política. **É necessário um maior envolvimento com os movimentos sociais e uma linguagem que, sem cair no populismo, se dirija às descontentes com o sistema político, o que se deve articular com interpelação aos partidos que se reclamam de esquerda**.

c) O Bloco de Esquerda, **mantendo autonomia e independência**, procura a convergência com todos os partidos, grupos e sensibilidades de esquerda ou movimentos sociais **que permitam quebrar o isolamento, chegar a novas camadas da população, conferir a essa aproximação um sentido de utilidade, romper com a paralisia e a sensação de esgotamento da resistência, para se poder passar à ofensiva**. Porém, esta orientação não constitui por si só um projecto político e ideológico definido. É um instrumento táctico ao serviço do fortalecimento da dinâmica social e da criação de uma alternativa que **não pode substituir-se a um Bloco de Esquerda forte, com objectivos claros e consistentes**.

d) **Depois de um forte envolvimento no Congresso Democrático das Alternativas, o Bloco de Esquerda, por não tomar a iniciativa de lançar antecipadamente um desafio aos sectores que aí confluíram, deixou campo livre a iniciativas como os 3D e, mais grave, deixou-se enredar numa situação com custos políticos consideráveis no processo das eleições europeias**. O Bloco não conseguiu impedir que lhe fosse assacada uma imagem pública de sectarismo, o pior dos cenários para um partido cuja génese e identidade vai no sentido oposto. O recente abandono de aderentes, individualmente ou em grupos organizados, reforçou esta tendência criando uma sensação de desagregação que é preciso inverter rapidamente.

e) Face a um PCP entrincheirado e a um PS preparado para acordos à direita, **o Bloco deve tomar a iniciativa e fazer tudo o que estiver ao seu alcance para agrupar todas as forças com vista aos próximos actos eleitorais, seja nas legislativas como nas presidenciais.** As possibilidades de crescimento têm de ser encontradas e ampliadas nas previsíveis diferenciações que possam decorrer da desilusão de muitos apoiantes de um próximo governo PS confrontados com medidas de austeridade e a violação das promessas eleitorais.

Isto significa que os necessários apelos à unidade e a convergências se devem fazer em torno de uma CARTA CONTRA a AUSTERIDADE, que configure um programa mínimo para intervenção política e para os combates eleitorais que se avizinhem, interpelando e desafiando toda a esquerda (envolvendo partidos, associações, movimentos sociais). O BE deverá, em simultâneo explorar as contradições existentes em vários sectores políticos em relação às políticas austeritárias, de que o Manifesto dos 74 pela Reestruturação da Dívida foi exemplo. O Bloco precisa de tomar a iniciativa política, radicalizar o seu discurso de oposição às políticas de austeridade, tornar-se menos institucional e mais criativo, aproximando-se de muitas das que perderam a confiança nas instituições e nos partidos e passaram a abster-se ou a ser presa fácil dos populismos. O Bloco compromete-se a continuar a luta feminista em todas as suas vertentes. Propõe-se conjugar a luta anti-austeritária com a luta emancipatória das mulheres, indissociavelmente ligadas. Estas são tarefas para hoje. O Bloco tem de ocupar o centro da iniciativa política, ser o catalisador das convergências necessárias para inverter esta situação.

7. INTERVENÇÃO LOCAL PARA DEFENDER AS POPULAÇÕES E O ESTADO SOCIAL

a) O fraco enraizamento local expõe-nos às adversidades de conjuntura em períodos de refluxo, colocando-nos no limiar da sobrevivência. A orientação aprovada na última Convenção agravou os resul-

tados das autárquicas e expôs a fragilidade da nossa implantação e do trabalho local.

b) **As nossas camaradas devem inserir-se nas expressões de movimento social ou nas associações e cooperativas; intervir nos grupos e círculos de debate, procurando ganhar influência na solução de problemas concretos e na dinamização da vida cultural e social local. As eleitas devem reflectir este contexto, as suas experiências divulgadas e a sua intervenção estruturada e apoiada a todos os níveis.**

c) O Bloco de Esquerda precisa, também a nível local de desafiar para a unidade outras forças políticas de esquerda, como sucedeu em Caminha, que permitam nalguns casos **gerar programas de defesa dos interesses das populações, chegar a lugares nos executivos autárquicos fazendo com que a nossa intervenção marque a diferença, sem que isso se converta numa política de alianças sistemática a nível nacional e sem perdermos autonomia política.** As orientações gerais, impositivas, motivadas pela desconfiança quanto à capacidade e coerência política dos aderentes, desqualificam e desacreditam as nossas organizações locais.

É fundamental ao Bloco enraizar-se junto das populações. As suas organizações de base não podem ser apenas meras executantes de campanhas de propaganda e o Bloco não pode viver apenas da presença mediática, cada vez menor e cada vez mais hostilizada por parte de sectores dominantes da comunicação social. O Bloco deve incentivar a acção comum, em torno de objectivos concretos com todos os sectores que em cada local se disponham a lutar pelo emprego, pelos direitos sociais ou por planos de sustentabilidade ambiental, designadamente em referência à Agenda Local XXI. O Bloco deve apelar à formação de Fóruns Sociais Locais como forma de incentivar à federação de movimentos dispersos na luta contra a austeridade.

8. PRIORIDADE À RESPOSTA RADICAL A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL

a) Os efeitos das políticas de austeridade e a imposição de um novo paradigma económico-social baseado no empobrecimento, na exclusão, na privatização e mercantilização dos serviços públicos essenciais **exigem uma resposta radical que o Bloco de Esquerda assume com coragem, empenho e frontalidade**. Não é admissível que haja trabalhadoras e reformadas abaixo do limiar da pobreza em pleno século XXI, onde se esbanja dinheiro público a financiar negócios privados, bancos e armamento, em clara inversão das prioridades sociais e onde a caridade não é resposta de uma sociedade solidária e democrática.

b) O Bloco de Esquerda **potencia e apoia as acções contra a discriminação de populações pobres no acesso a condições básicas de vida por dificuldades de pagamento – abastecimento de água, fornecimento de luz, pagamento de renda ou de prestação bancária, acesso à saúde. O Bloco apoia a abertura de cantinas nos bairros pobres, fomentando o abastecimento e a produção local e gerando postos de trabalho**. É essencial combinar esta acção com a intervenção institucional em defesa dos direitos e exigências sociais, designadamente assegurando o fornecimento gratuito desses serviços às famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza. É preciso reverter as privatizações com nacionalização de sectores ligados à energia, transportes públicos, abastecimento de água, educação, saúde.

c) O Bloco de Esquerda **opõe-se à entrega das casas e aos despejos em resultado da impossibilidade de cumprir compromissos bancários por efeito do desemprego ou de cortes salariais**, apoiando a renegociação dos contratos bancários, de modo a que as prestações de cada família não excedam em circunstância alguma 30% do seu rendimento mensal.

d) O Bloco de Esquerda defende a **reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com a reabertura e ampliação das redes de escolas, centros e extensões de saúde, tribunais, repartições de finanças**. Nesta perspectiva e face ao envelhecimento da população, o Bloco defende a expansão da rede pública de centros de dia, de lares e unidades residenciais, bem como da rede de cuidados continuados.

e) O Bloco defende o aumento significativo do salário mínimo nacional, a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho, a eliminação de cortes e sobretaxas salariais, o regime de pensão única aos 65 anos ou aos 35 de vida laboral ativa. Defende igualmente a eliminação das taxas moderadoras com reposição do pagamento de transporte para cuidados de saúde, reforço de cuidados de saúde integrados e de proximidade, aumento da comparticipação nos medicamentos e nos exames complementares. Defende o fim das propinas no ensino superior público.

f) O Bloco de Esquerda **coloca ao serviço das populações pobres e excluídas as competências técnicas e os saberes específicos do seu activismo no aconselhamento e na mobilização de vontades para suprir problemas e necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social**, designadamente de base cooperativa, colocando-se no terreno, até aqui ocupado praticamente só pelas igrejas.

g) O Bloco de Esquerda defende a **reutilização económica e social dos espaços industriais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado, microcrédito e outros benefícios fiscais, apoio nos transportes e distribuição, bem como defende que o estado tem de dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social**.

O Bloco tem de estar na primeira linha do combate às injustiças e em defesa dos direitos sociais das populações, com soluções concretas e práticas, que visem eliminar situações de pobreza extrema. Isto significa a consagração do direito *per capita* de suporte à vida, que atue de forma automática face à falta de rendimento, qualquer que seja a sua natureza, mas também medidas que garantam condições dignas de vida, na habitação, na saúde, no acesso ao ensino, na plena reintegração social e no respeito pela autonomia dos que enfrentam todas as formas de pobreza. O objectivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza, uma política de desenvolvimento económico, a eliminação das assimetrias entre o litoral e o interior.

9. A REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BLOCO DE ESQUERDA

a) **É fundamental relançar o Bloco de baixo para cima. As aderentes são o esteio da organização.** Esgotou-se o tempo das dirigentes iluminadas, apoiadas num aparelho construído na base da fidelidade política, profundamente desconfiado em relação às bases, ditando orientações, campanhas e iniciativas, mas alheias à realidade social e aos problemas e aspirações da população pobre, agredida pela política de direita. **A base do Bloco é o mais poderoso interface com a sociedade, onde se constrói o enraizamento orgânico quotidiano, em torno dos problemas concretos – das questões do trabalho, do ambiente da qualidade de vida, da defesa dos serviços públicos, mas também onde se combate a inculcação ideológica da direita, o conservadorismo religioso, onde se disputa a hegemonia de pensamento,** seja nos direitos humanos nos feminismos, nas questões LGBT, na juventude, nos direitos dos animais, no pensamento crítico sobre as grandes questões nacionais e internacionais da contemporaneidade.

b) A vida interna do Bloco tem de ser profundamente democrática, **de modo a enquadrar as suas aderentes que, dotadas de autonomia nos movimentos e frentes onde intervêm, possam ter nos núcleos e nas comissões locais o apoio e o alimento político geral que confere consistência à sua intervenção quotidiana.**

c) **As estruturas de base precisam de um funcionamento mais regular e continuado, da multiplicação de assembleias onde todas as aderentes possam participar com a sua presença e com a sua voz,** onde a política tem assento, onde a sua opinião vale, onde contactam com os assuntos da vida interna, numa perspectiva tanto crítica como propositiva. Neste contexto, o Bloco deve abrir as suas estruturas à participação de simpatizantes formalizando-a estatutariamente mas salvaguardando a exclusividade do voto às aderentes. **As sedes constituem espaços indispensáveis para a vivificação da vida interna do Bloco, enquanto espaços abertos de encontro,** onde se reúne e se discute, espaços de trabalho e de tertúlia, pontos de intersecção de uma multiplici-

dade de intervenções, de encontro de activistas, de simpatizantes e amigas, onde se semeia pensamento crítico e alternativo.

d) **A participação deve ser presencial, tanto nas reuniões e assembleias como nos processos electivos ou referendários.** O voto por correspondência, frequentemente abusivo e utilizado como forma de arregimentação organizada, por vezes maioritário em relação ao voto presencial, constitui uma entorse ao funcionamento democrático do Bloco. **O princípio da representação proporcional, resultante da apresentação de várias listas aos diferentes órgãos do Bloco, deve estar presente em todos os escalões, desde os núcleos e Comissões concelhias à Comissão Política. A quota deve ser encarada como um vínculo primeiro da aderente à organização** e os casos de manifesta dificuldade financeira não devem dar lugar à isenção, mas a formas simbólicas que continuem a expressar esse mesmo vínculo, devendo cada aderente nessas circunstâncias propor, com total liberdade, a quantia com que pode contribuir anualmente para o partido. O processo de relançamento do Bloco de Esquerda deve ser acompanhado do processo de reactualização do recenseamento das aderentes, verificando as situações em que não ocorreu qualquer pagamento de quota ou os casos em que a última quota paga data de anos bastante atrasados. **Os cadernos de recenseamento devem espelhar de modo permanente a realidade orgânica.**

e) O quadro de funcionárias deve combinar de forma equilibrada as necessidades centrais com o apoio às organizações locais e **o processo de recrutamento das funcionárias deve ser por concurso interno com critérios de selecção antecipadamente anunciados, mediante candidatura das aderentes interessadas, avaliada pelas estruturas respectivas,** designadamente sob a forma de entrevista e, se necessário, votada nos plenários de aderentes no caso das funcionárias locais.

f) As organizações distritais constituem estruturas fundamentais na coordenação da actividade de âmbito regional, na discussão dos problemas concelhios e interconcelhios, cuja importância ou gravidade ultrapassa esse âmbito e, sobretudo, no estádio actual da nossa organização, no apoio à implantação e ao enraizamento local. O carácter autónomo do

grupo parlamentar não deve significar a sua sobreposição à direcção do Bloco, cujas linhas de orientação política deve saber adequar à especificidade e ao impacto da sua intervenção, articulando-se ainda com as estruturas regionais, em cujas reuniões deve participar. A solução de coordenação a dois, adoptada na última Convenção, não resolveu nenhum dos nossos grandes problemas internos ou de representação, não contribuiu para unir o Bloco e, nesse sentido, falhou. Perante essa situação e o definhamento orgânico, **defendemos um sistema de coordenação colectiva baseada na Comissão Política e assente num conjunto de porta-vozes para as grandes áreas de intervenção, sem perder de vista que a Mesa Nacional é o principal órgão de direcção entre convenções, devendo por isso ser revalorizado o seu funcionamento.**

Toda a prioridade às organizações de base no sentido do enraizamento e da actividade concreta de cada aderente a partir do seu local de residência ou de trabalho, institucionalização dinâmica da democracia, participação e transparência, ousadia no alargamento das nossas fileiras, configuram o sentido da transformação do Bloco de Esquerda num partido de massas.

PROMOTOR@S

(POR ORDEM ALFABÉTICA):

Adelino Fortunato 8790 Sesimbra/Setúbal
Albérico Afonso Costa 836 Setúbal/Setúbal
Ana Lúcia Duarte Massas 843 Almada/Setúbal
Beatriz Gomes Dias 4621 Lisboa/Lisboa
Carlos Alberto Alexandre Cabrita 4418 Silves/Faro
Cristiana Martins de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
Filipe Rolão 6794 Vila Real/Vila Real
Francisco Colaço 390 Cartaxo/Santarém
Helena Figueiredo 3736 Lisboa/Lisboa
Henrique Guerreiro 573 Setúbal /Setúbal
João Manuel Martins Madeira 520 Sines/Setúbal
José Manuel Boavida 602 Lisboa/Lisboa
Margarida Castro Felga de Pinho 371 Porto/Porto
Margarida Santos 4295 Cascais/Lisboa
Maria Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
Sara Goulart 9586 Lisboa/Lisboa

SUBSCRITOR@S

(POR ORDEM ALFABÉTICA):

Abílio Jorge Oliveira Martins 4013 Trafaria/Setúbal
Adelino Fortunato 8790 Sesimbra/Setúbal
Adelino António Moreira Granja 4507 Alcobaça/Leiria
Albérico Afonso Costa 836 Setúbal/Setúbal
Álvaro Carvalho 9585 Lisboa/Lisboa
Ana Cristina Sequeira 827 Setúbal/Setúbal
Ana Isabel Monteiro Vieira de Castro 9480 Lisboa/Lisboa
Ana Lúcia Duarte Massas 843 Almada/Setúbal
Ana Luísa Brito 834 Setúbal/Setúbal
Ana Maria Pessoa 1383 Lisboa/Lisboa
Ana Patrícia Romão Barreira 9959 Odivelas/lisboa
Ana Sofia Ferreira 6701 Santiago do Cacém/Setúbal

Anabela Abreu Ferreira 5081 Cartaxo/Santarém
André Filipe Antunes 6622 Barreiro/Setúbal
António Albergaria Samara 2352 Almada/Setúbal
António João Lopes 10921 Almada/Setúbal
António João Sequeira 252 Setúbal/Setúbal
António José Borges Regedor 4178 Espinho/Porto
António Manuel Fonseca Gomes 271 Marinha Grande/Leiria
António Miguel Louro 3614 Vila do Conde/Porto
António Proença 3539 Sesimbra/Setúbal
Armando Herculano Ferreira 1750 Vila do Conde/Porto
Beatriz Gomes Dias 4621 Lisboa/Lisboa
Bernardino Aranda 4657 Lisboa/Lisboa
Bill Edward Williams 1175 Barreiro/Setúbal
Carlos Alberto Alexandre Cabrita 4418 Silves/Faro
Carlos Alexandre Macedo 3639 Sesimbra/Setúbal
Carlos Gaivoto 307 Oeiras/Lisboa
Cecília Maria Calado Costa 1601 Leiria/Leiria
Christopher Joseph Maia Oliveira 7461 Figueira da Foz/Coimbra
Clara Figueiredo Dumont 4976 Lisboa/Lisboa
Cláudio José Aires de Sousa Alves 2799 Oeiras/Lisboa
Cláudio Sérgio Abreu Monteiro 4821 Ovar/Aveiro
Cremilda Negreiro Correia da Silva Pereira 5171 Oeiras/Lisboa
Cristiana Martins de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
Cristina Maria Zina Herculano 10937 Almada/Setúbal
Daniel Filipe Correia Bernardo 5172 Oeiras/Lisboa
Daniel Filipe Ramos Baptista 9791 Lisboa/Lisboa
Elisabete Cunha da Fonseca 9963 Figueira da Foz/Coimbra
Eva de Lurdes Correia Paciência 9723 Ovar/Aveiro
Feliciano Teixeira Bernardo 2722 Oeiras/Lisboa
Fernando António Costa Rocha 632 Caldas da Rainha/Leiria

Fernando António Lopes Leitão Correia 6500 Faro/Faro	Jorge Manuel da Conceição Rodrigues 7024 Cartaxo/Santarém
Fernando Faria de Castro 8529 Setúbal/Setúbal	Jorge Miguel Silva 7983 Vizela/Braga
Fernando Lacerda 356 Vila Nova de Gaia/Porto	José António de Almeida Dias Ferreira 1675 Vila Franca de Xira/Lisboa
Fernando Paulo de Mota Pinto dos Santos 4555 Guimarães/Braga	José António Ferreira Dias Figueira da Foz/Coimbra
Fernando Pinho Alves 842 Setúbal/Setúbal	José Joaquim Saraiva Rodrigues 4031 Marinha Grande/Leiria
Filipe Carapeto Fialho 8525 Setúbal/Setúbal	José Manuel Baptista do Carmo 1566 Tavira/Faro
Filipe Rolão 6794 Vila Real/Vila Real	José Manuel Boavida 602 Lisboa/Lisboa
Firmino Augusto Rodrigues dos Santos 3441 Oeiras/Lisboa	José Manuel Monteiro Sousa 6332 Oeiras/Lisboa
Francisco Cunha Castro 8831 Vizela/Braga	José Maria Salgueiro Moura 1867 Nisa/Portalegre
Francisco Colaço 390 Cartaxo/Santarém	José Ramos Santos 8139 Grândola/ Setúbal
Francisco José Miguel da Silva 9679 Cartaxo/Santarém	Lucília Maria Pinto Lourenço 10021 Lisboa/Lisboa
Helena Figueiredo 3736 Lisboa/Lisboa	Luís Filipe Carvalho Caras Altas 4012 Almada/Setúbal
Helena Peixoto 603 Lisboa/Lisboa	Luís Martins Pote 8274 Cascais/Lisboa
Henrique Guerreiro 573 Setúbal /Setúbal	Luís Miguel Gonçalves dos Santos 4799 Vila Franca de Xira/Lisboa
Hernâni Josué da Luz Pereira 4079 Lisboa/Lisboa	Luís Miguel Pires Pereira 250 Alcácer do Sal/Setúbal
Hugo Manuel Silva Lemos 10920 Almada/Setúbal	Luísa Penisga Gonzalez 4371 Portimão/Faro
Humberto Manuel Coelho Candeias 2807 Barreiro/Setúbal	Luísa Soromenho Marques 1181 Setúbal/Setúbal
Isabel Fonseca 4276 Lisboa/Lisboa	Manuel Mendes 2289 Lisboa/Lisboa
Joana Batista 8764 Odivelas/Lisboa	Margarida Castro Felga de Pinho 371 Porto/Porto
Joana Fernandes Duarte 6441 Almada/Setúbal	Margarida Santos 4295 Cascais/Lisboa
João Gameiro Coutinho 9746 Oeiras/Lisboa	Maria Aida Lacerda 10915 Almada/Setúbal
João Manuel Martins Madeira 520 Sines/Setúbal	Maria Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
João José de Sousa Almeida 699 Ovar/Aveiro	Maria da Visitação dos Santos Martins de Sousa 4644 Marinha Grande/Leiria
João Pedro Santos 9190 Lisboa/Lisboa	Maria de Fátima Reis 3210 Setúbal/Setúbal
João Ricardo Vasconcelos 7238 Lisboa/Lisboa	Maria do Carmo Teixeira Bernardo 2873 Oeiras/Lisboa
Jorge Carlos Luz 4275 Sesimbra/Setúbal	Maria do Rosário Guerreiro Vaz 5509 Barreiro/Setúbal
Jorge da Glória Barreto Candeias Nunes 9561 Portimão/Faro	Maria Eugénia Santos Silva 10254 Ovar/Aveiro
Jorge Gustavo de Albuquerque Furtado Lopes 1556 Amadora/Lisboa	Maria Jorgete Ribeiro de Sá Teixeira 584 Barreiro/Setúbal
José Manuel Mendonça Estevens 3637 Vila Real de Santo António/Faro	Maria José Duarte 6679 Lisboa/Lisboa
	Maria José Vitorino 612 Vila Franca Xira/Lisboa
	Maria Leonor Lemos 4927 Almada/Setúbal

Mariana Dias Maia Nogueira 8003 Vila Franca Xira/
Lisboa

Mário Gomez Olivares 10942 Lisboa/Lisboa

Mi Felga 742 Porto/Porto

Miguel Crispim Romão 4003 Lisboa/Lisboa

Miguel Oliveira 7890 Lisboa/Lisboa

Miguel Sacramento Monteiro 6726 Cascais/Lisboa

Natália Correia da Silva de Jesus Pereira 5169 Oeiras/
Lisboa

Nelson Leonel Silva 3619 Vizela/Braga

Nuno António Panaças Vilhena 5419 Oeiras/Lisboa

Patrícia Cristina Novais Pataco 10278 Caldas da Rai-
nha/ Leiria

Paula Ávila 7239 Lisboa/Lisboa

Paula Cristina Resende Reis 4823 Ovar/Aveiro

Paula da Costa 1176 Barreiro/Setúbal

Paulo Fernando Silva 7935 Vizela/Braga

Paulo Jorge Vieira Sanches 9117 Oeiras/Lisboa

Paulo Teixeira de Sousa 78 Vila do Conde/Porto

Pedro Daniel Reis Almeida 6766 Ovar/Aveiro

Pedro dos Reis 2810 Almada/Setúbal

Pedro Figueiredo 842 Porto/Porto

Pedro Jorge Machado Lopes 3929 Lisboa/lisboa

Pedro Miguel Silva Almeida 4822 Ovar/Aveiro

Ricardo Gonçalves 4282 Lisboa/Lisboa

Ricardo Malcata Alves 254 Lisboa/Lisboa

Rita Namorado 9582 Lisboa/Lisboa

Rogério Fernando Miranda 2484 Setúbal/Setúbal

Rosa Félix 5159 Lisboa/Lisboa

Rui Alberto Fernandes Charneira 8789 Sesimbra/Se-
túbal

Rui Alexandre Pereira Cruz 6751 Marinha Grande/Lei-
ria

Rui Miguel Curado da Silva 2823 Figueira da Foz/
Coimbra

Samuel da Conceição Marques 3809 Seixal/Setúbal

Sandra Manuela Ferreira Silva 3622 Vizela/Braga

Sara Goulart 9586 Lisboa/Lisboa

Sofia Alexandra Gonçalves Geirinhas Crisóstomo
6934 Lisboa/Lisboa

Teresa Sargento Dias Oliveira 1722 Barreiro/Setúbal

Umblina Teixeira Bernardo 2874 Oeiras/Lisboa

Vasco Emanuel Teixeira da Silva 9793 Barreiro/Setú-
bal

Vasco Hibon de Campos 8726 Cascais/Lisboa

Vítor Francisco Pereira de Sousa 4309 Marinha Gran-
de/Leiria

Vítor Sarmento 6694 Lisboa/Lisboa

William Naval 4334 Lisboa/Lisboa

Zélia Maria Silva Almeida 4088 Ovar/Aveiro